

Cronograma de Identificação e de Mapeamento dos Instrumentos Jurídicos para fins de adequação às leis de proteção de dados pessoais

1. Objetivo Geral

Mapear os contratos e os instrumentos congêneres formalizados pelo Centro de Operações e Resiliência do Gabinete do Prefeito – GP/COR, que contenham dados pessoais e que não estejam em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), a fim de promover sua adequação à norma protetiva.

2. Objetivos Específicos

- a) Iniciar, com o apoio e participação da alta gestão do GP/COR, o processo de adequação dos contratos e instrumentos congêneres que envolvam tratamento de dados pessoais.
- b) Identificar contratos e instrumentos congêneres que contenham dados pessoais e que ainda não estejam em conformidade com a LGPD.
- c) Propor cláusulas contratuais específicas para esses instrumentos, observando as minutas e cláusulas-padrão apresentadas pela Procuradoria-Geral do Município do Rio de Janeiro (PGM/RJ).
- d) Promover o monitoramento contínuo do processo de adequação dos contratos à LGPD, assegurando a atualização constante conforme as diretrizes da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

3. Cronograma de Implementação

3.1 – Lista de Ações do Grupo de Trabalho de Adequação de Instrumentos

O cronograma de ações encontra-se detalhado no Anexo I, contendo as atividades, responsáveis e prazos de execução. Os itens assinalados em verde indicam ações concluídas.



ANEXO I

Descrição da Ação	Detalhamento do Entregável	Ações	Responsável	ľ	Nove 20	mbro 25]	Dezei 20	mbro 25			Jane 202				Fever 202				Mare 2020		
				1°	2°	3°	4ª	1°	2°	3°	4ª	1°	2°	3°	4ª	1°	2°	3°	4ª	1°	2°	3°	4ª
Formação inicial do Comitê de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, que conte com a participação de pessoas pertencentes a diferentes unidades que exercem atividades relevantes para o tratamento de dados pessoais (ex: Segurança da Informação, Tecnologia da Informação, Jurídico, Recursos Humanos, Auditoria, Ouvidoria e Área de Negócio/Finalística, Compliance), para que sejam considerados aspectos inerentes a todo o órgão/entidade), para órgãos/entidades que ainda possuírem.	A instituição do Comitê de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais visa à garantia do "correto encadeamento e tração do projeto entre os níveis estratégico, tático e operacional." (MALDONADO, Viviane. LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais [livro eletrônico]: manual de implementação. 2. ed São Paulo: Thomson. Reuters Brasil, 2021. P. 42).	Instituir Comitê de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais nos órgãos/entidades municipais que ainda não tenham tal Comitê, a fim de iniciar o processo de adequação à LGPD, em especial, a revisão dos contratos.	Alta Gestão GP/COR									C	ONCI	LUÍD	00								
Criar Grupo de Trabalho específico para a revisão dos Contratos e instrumentos congêneres, e que conte com a participação de pessoas pertencentes a diferentes	Objetiva criar grupo de trabalho destinado a proceder ao levantamento de instrumentos que contenham dados pessoais.	Instituir Grupo de Trabalho que possua conhecimento jurídico e financeiro a fim de promover o levantamento dos	Alta Gestão GP/COR																				



unidades que exercem atividades relevantes para o tratamento de dados pessoais.	É relevante que o Grupo de Trabalho conte com a participação de pessoas pertencentes a diferentes unidades dos órgãos/entidades que exercem atividades relevantes para o tratamento de dados pessoais (ex: Segurança da Informação, Tecnologia da Informação, Tecnologia da Informação, Jurídico, Recursos Humanos, Auditoria, Ouvidoria e Área de Negócio/Finalística), para que sejam considerados aspectos inerentes a todo(a) órgão/entidade.	Contratos e instrumentos similares formalizados pelos órgãos/entidades municipais, que contenham dados pessoais.											
Indicação formal de Encarregado de dados para órgãos/entidades que ainda não possuírem.	A indicação formal decorre de exigência legal (arts. 5°, VIII e 41 da LGPD).	Indicar encarregado de dados para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).	Alta Gestão GP/COR				COI	NCLU	J ÍDO				
Mapeamento dos contratos e instrumentos convocatórios vigentes, com elaboração de relatório final.	Objetiva mapear os contratos e instrumentos semelhantes que contenham dados pessoais, e que necessitarão ser adequados à LGPD. O resultado do mapeamento será sob a forma de relatório, descrevendo os detalhes contratuais relacionados à LGPD (quem é o Controlador? Há operador? Há titulares de dados pessoais envolvidos no contrato? Qual tratamento de dados verificados? Quais	inciso V. ABNT NBR ISO/IEC 27.701/2019,											



	Т								I	
dados pessoais são										. [
tratados?	2) Identificar nos									ı
uuudos.	*									
										, [
	instrumentos jurídicos									
	Operadores que									
	realizam tratamento de									
	dados pessoais em									
	seus nomes.									ı
	(Referência(s): Lei									
	13.709/2018, art. 5°,									
	inciso VII. ABNT									
	NBR ISO/IEC									
	27.701/2019, item									
										ı
	7.2.6.).		1		1					. [
										. [
	3) Identificar nos									. 1
	contratos e									
	instrumentos jurídicos									ı
	mstrumentos juridicos									ı
	uma possível									ı
	ocorrência de									ı
	Controladoria									
	Conjunta (itens 3.1 e									ı
	7.2.7 da ABNT NBR									ı
	ISO/IEC 27701:2019).									.
	150/1LC 2 / / 01.2015).									.
	A) 71 .: @									.
	4) Identificar nos									ı
	contratos e									ı
	instrumentos jurídicos									ı
	processos (operações									.
	realizadas) que									. [
	realizam tratamento de									. [
	dados pessoais. (art.									. [
	5°, X da LGPD e item									. [
	7.2.8 da ABNT NBR									
	ISO/IEC 27701:2019).									
	5) Identificar a(s)									. [
	base(s) legais que									. [
	fundamentam as									. [
	atividades de									. [
			1		1	1 1				. [
	tratamento de dados		1		1	1 1				. [
	pessoais. (arts. 7° e 23		1		1	1 1				. [
	da LGPD e as									
	diretrizes									. [
	estabelecidas no item									. [
	competedado no nem									



		7.2.2 da ABNT NBR ISO/IEC 27701:2019) 5) Identificar a(s) base(s) legais que fundamentam as atividades de tratamento de dados pessoais. (arts. 7° e 23 da LGPD e as diretrizes estabelecidas no item 7.2.2 da ABNT NBR ISO/IEC 27701:2019)											
Promover debate no GT ou Comitê sobre o Relatório a fim de se iniciar as propostas de adequação à LGPD.	Visa promover o debate entre os membros do GT ou Comitê sobre o relatório elaborado, a fim de que seja iniciado o processo de adequação à LGPD. Nesta fase, serão analisados de que forma os dados pessoais foram tratados nos instrumentos, bem como a exata identificação do Controlador (ou até Controladoria Conjunta) e o(s) Operadores)	O debate proposto almeja classificar os contratos mapeados visando apresentar cláusulas específicas em contratos mais complexos e cláusulas mais simplificadas em instrumentos mais simples. A exata identificação dos agentes de tratamento de dados é imprescindível à formulação de cláusulas visando à adequação contratual.	Comitê										
Levantar possíveis custos relacionados às cláusulas contratuais e de instrumentos jurídicos.	Objetiva o debate/negociação acerca dos possíveis impactos financeiros gerados pela adequação à LGPD.	Visa à discussão e possível negociação com as Contratadas a Parceiros (operadores) em relação a possíveis impactos financeiros oriundos da adequação dos instrumentos à LGPD.	Área Gestora dos contratos, com apoio do Grupo de Trabalho ou do Comitê										



	Promover a adequação dos instrumentos adequação dos lanstrumentos contratuais e similares à LGPD. A frea desquação dos lanstrumentos à LGPD, devendo se considerar cláusulas e minuta-padrões apresentadas pela PGM/RJ. A área responsável pela confecção de contratos e termos aditivos deverá, com base nas propostas de cláusulas visando à adequação dos instrumentos à LGPD, adequar os contratos, de forma a estabelecer, claramente, os papéis e responsabilidades relacionados à proteção de dados pessoais, considerando as diretrizes estabelecidas no item 7.2.6 da ABNT NBR ISO/IEC 27701:2019. Após, a adequação promovida, deverão ser tomadas todas as providências administrativas pertinentes aos contratos, com por exemplo, publicação em DO do extrato do instrumento. Monitoramento continuo das Promover o monitoramento Estabelecer processos Grupo de	
--	---	--



revisões nos contratos e da adequação à LGPD.	feitas nos contratos e	de monitoramento das revisões à LGPD (monitorar, avaliar e analisar a conformidade com os requisitos externos).	ou pelo Comitê	ATIVIDADE PERMANENTE
---	------------------------	--	-------------------	----------------------